

# ÁGUA E ENCONTRO COLONIAL: NARRATIVAS EM TORNO DAS ORIGENS DE CUITÉ (PB)

Luis Henrique Cunha<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-3002-8277>

Paloma Moura Ribeiro Nunes<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0009-0003-3499-4533>

## RESUMO

Este artigo empreende uma investigação sobre o encontro colonial que se realizou, na região onde hoje se localiza o município de Cuité (PB), entre colonizadores e populações indígenas em torno de uma fonte hídrica. Ressalta-se a importância de apreender a ocupação dos sertões nordestinos a partir das disputas pelo controle das fontes de acesso à água, quase sempre expulsando, exterminando ou subjugando as populações indígenas que ocupavam esses espaços. O objetivo é desvelar a produção de um discurso colonial que se constituiu nas narrativas sobre as origens do município de Cuité e seu Olho D'Água da Bica. A produção deste discurso não se restringe ao período em que o encontro colonial efetivamente aconteceu na região (Século XVIII), pois sua elaboração é contínua e permanentemente atualizada. A partir de material bibliográfico disponível no Museu do Homem do Curimataú, foram analisadas lendas e narrativas sobre as origens do município. O discurso colonial ressalta a presença indígena anterior à chegada dos colonizadores ao território, mas oculta os conflitos. Estes conflitos, porém, emergem sob a forma de lendas ou de representações estereotipadas e ocidentalizadas das populações indígenas que habitavam a Serra de Cuité. Os discursos de “crise hídrica” contemporâneos podem ser confrontados por estas narrativas de abundância de “água finíssima”, “cristalina” e de natureza exuberante. O reconhecimento destas dicotomias é importante para o desenvolvimento de uma ecologia política da água no semiárido nordestino, pois permite aprofundar a compreensão de que o controle das fontes hídricas expressa desigualdades de poder e uma história de conflitos.

Palavras-chave: Discurso Colonial. Ecologia Política da Água. Semiárido.

## WATER AND COLONIAL ENCOUNTER: NARRATIVES AROUND THE ORIGENS OF CUITÉ, PARAÍBA

### ABSTRACT

This article undertakes an investigation into the colonial encounter that took place, in the region where the municipality of Cuité, Paraíba, is located today, between colonizers and indigenous populations around a water source. It emphasizes the importance of understanding the occupation of the northeastern hinterlands based on disputes over control of water, which always resulted in expulsion, extermination or subjugation of indigenous populations that occupied these spaces. The objective is to reveal the production of a colonial discourse that was constituted in the narratives about the origins of the municipality of Cuité. The production of this discourse is not restricted to the period in which the colonial encounter took place in the region (18th century), as its elaboration is continuous and permanently updated. Based on bibliographic material available at the Museu do Homem do Curimataú, legends and narratives about the origins of the municipality were analyzed. The colonial discourse emphasizes the indigenous presence prior to the arrival of colonizers in the territory but hides the conflicts. These conflicts, however, emerge in the form of legends or stereotypical representations of the indigenous populations that inhabited the Serra de Cuité.

---

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [luishcunha@uol.com.br](mailto:luishcunha@uol.com.br).

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [paloma.mrnunes@gmail.com](mailto:paloma.mrnunes@gmail.com).

Contemporary discourses of “water crisis” can be confronted by these narratives of abundance of “very fine”, “crystalline” water and exuberant nature. Recognizing these dichotomies is important for the development of a political ecology of water in the semiarid Northeast, as it allows us to deepen our understanding of how control over water sources expresses inequalities of power and a history of conflict.

Keywords: Colonial Discourse. Water Political Ecology. Semi-arid.

## AGUA Y ENCUENTRO COLONIAL: NARRACIONES EN TORNO A LOS ORÍGENES DEL MUNICIPIO DE CUITÉ, PARAÍBA

### RESUMEN

Este artículo emprende una investigación sobre el encuentro colonial que se produjo, en la región donde hoy se ubica el municipio de Cuité, Paraíba, entre colonizadores y poblaciones indígenas en torno a una fuente de agua. Es importante comprender la ocupación de la región a partir de disputas por el control del agua, que casi siempre expulsaron, exterminaron o subyugaron a las poblaciones indígenas. El objetivo es revelar la producción de un discurso colonial que se constituyó en las narrativas sobre los orígenes del municipio. La producción de este discurso no se limita al período en que efectivamente se produjo el encuentro colonial (siglo XVIII), pues su elaboración es continua y se actualiza permanentemente. Con base en material bibliográfico disponible en el Museu do Homem do Curimataú, se analizaron leyendas y narrativas sobre los orígenes del municipio. El discurso colonial resalta la presencia indígena antes de la llegada de los colonizadores al territorio, pero oculta los conflictos. Estos conflictos, sin embargo, surgen en forma de leyendas o representaciones estereotipadas y occidentalizadas de las poblaciones indígenas que habitaban la Serra de Cuité. Los discursos contemporáneos sobre la “crisis del agua” pueden verse confrontados con estas narrativas de abundancia de agua “muy fina”, “cristalina” y de naturaleza exuberante. El reconocimiento de estas dicotomías es importante para el desarrollo de una ecología política del agua en el Nordeste semiárido, ya que permite comprender más profundamente que el control de las fuentes de agua expresa desigualdades de poder y una historia de conflictos.

Palabras clave: Discurso Colonial. Ecología Política. Semiárido.

### INTRODUÇÃO

“A história de Cuité não pode ser relatada sem o Olho D’Água da Bica. Foi ali, que no ano de 1704, João de Barros, residente no então povoado de Bananeiras, acompanhado de dois filhos, descobriram este ponto turístico cuiteense. Ao longo dos séculos, foram criadas e contadas histórias e lendas a respeito deste presente da natureza aos cuiteenses”. É assim que José Pereira Sobrinho (2005, p. 58) refere-se às origens do município de Cuité, localizado no semiárido paraibano, em seu livro que combina memórias pessoais e história local.

Essa narrativa é tomada aqui como ponto de partida de uma investigação sobre o encontro colonial (Asad, 2017; Hulme, 1986; Connell, 2012; Lima, 2014) que se realizou, na região onde hoje se localiza o município de Cuité, entre colonizadores e populações indígenas em torno de uma fonte hídrica. Trata-se de um exercício analítico que integra um programa de pesquisa que objetiva pensar a ocupação dos sertões nordestinos a partir dos conflitos pelo controle das fontes de acesso à água, quase sempre expulsando, exterminando ou subjugando as populações indígenas que ocupavam esses espaços.

O objetivo deste artigo é apreender a produção de um discurso colonial que se constituiu em torno das narrativas sobre as origens do município de Cuité e seu Olho D'Água da Bica. A noção de discurso colonial é definida por Hulme (1986, p. 02) como um conjunto de práticas linguísticas associadas à gestão das relações coloniais. A produção deste discurso não se restringe ao período em que o encontro colonial efetivamente aconteceu na região (Século XVIII), pois sua elaboração é contínua e permanentemente atualizada. A narrativa de José Pereira Sobrinho (e outras “histórias e lendas” que serão abordadas neste texto) são compreendidas e analisadas, assim, como atualizações/elaborações deste discurso colonial sobre a ocupação do semiárido nordestino. É um discurso produzido, portanto, pelos colonizadores e seus descendentes. Não podem ser confundidas com as narrativas produzidas pelos próprios indígenas sobre o encontro colonial (Albert, 2002).

As narrativas de fundação de muitos municípios paraibanos articulam os temas da presença indígena, da “descoberta” de uma fonte de água potável e da viabilização de um núcleo populacional pela garantia do acesso a uma fonte hídrica, mas frequentemente silenciam sobre os conflitos associados ao empreendimento colonial (Nunes; Cunha, 2022). Neste artigo, serão analisados materiais diversos relativos à história de um município específico, dada a centralidade de uma de suas fontes hídricas nas narrativas sobre suas origens.

O município de Cuité, com 19.719 habitantes (Censo 2022), localiza-se na região conhecida como Curimataú paraibano, numa porção do planalto da Borborema, com altitude que chega a 750m acima do nível do mar. É uma região com média pluviométrica de 916,30 mm anual, ainda que as chuvas sejam irregulares e com ocorrência de períodos secos. Nos últimos 10 anos, tem enfrentado graves problemas no abastecimento público de água, com a decretação do colapso do sistema de abastecimento gerido pela CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), que teve como um dos efeitos o desenvolvimento de um mercado informal de água bastante diversificado (Araújo, 2022; Cunha; Miranda; Araújo, 2020).

É a partir deste contexto contemporâneo de “crise hídrica” que se retomam as narrativas em torno do Olho D'Água da Bica, fonte de água potável em relação a qual foram criadas lendas, poesias e histórias que se confundem com o empreendimento colonial de ocupação do espaço e de onde emergem elaborações discursivas em torno do encontro colonial, que resultou na expulsão das populações indígenas deste território. A história de Cuité, e do semiárido como um todo, deve recolocar os conflitos pelas fontes hídricas, contribuindo assim para a produção de uma ecologia política da água na região.

Este artigo é produto de um esforço de pesquisa que objetiva contribuir com a renovação das investigações sobre o tema da água no semiárido, inspirado na abordagem da ecologia política, substituindo os enquadramentos da escassez hídrica por uma perspectiva que enfatiza conflitos e desigualdades de acesso à água (Cunha, 2020). Assim, ao invés de simplesmente pressupor a escassez hídrica como condição estruturante das relações entre seres humanos e natureza, enfatiza-se as disputas travadas em torno das fontes de água existentes e os impactos destas disputas na conformação de grandes desigualdades no acesso à água no semiárido nordestino.

A pesquisa foi diretamente inspirada pelo trabalho de Castro (2006) sobre as lutas sociais em torno do acesso à água no México e pela obra pioneira de Swyngedouw (1997) sobre o Equador, ao associar urbanização, poder e formas de circulação da água entre diferentes grupos sociais. Estes autores indicam a centralidade para a ecologia política de abordagens historicamente informadas. Nesta perspectiva, é fundamental compreender as práticas coloniais e pós-coloniais de apropriação social, econômica e simbólica da água em contextos de semiaridez (Maclean, 2017; Cafer, 2013; Sheridan, 1995).

Um outro pressuposto importante da pesquisa é que é preciso analisar as desigualdades e conflitos relacionados ao acesso à água em si mesmos (dado que tradicionalmente têm sido apresentados como subsidiários da concentração fundiária e dos conflitos pela terra), através de procedimentos que permitam a contextualização sócio-histórica e que tornem mais complexas as experiências de diferentes grupos sociais e as maneiras pelas quais estes grupos se relacionam através de exercícios variados de poder associados à água.

Acionamentos simbólicos/discursivos de ocultação de conflitos e tensões relacionadas ao acesso à água são um elemento fundamental do exercício de poder dos grupos dominantes. Narrativas de fundação dos municípios do semiárido devem ser entendidas como resultado do discurso colonial que legitima o controle do território ao longo do tempo. Assim, não podem ser lidas como informação factual, pois estas narrativas são antes elaborações sócio-históricas que instauram uma origem heroica ao mesmo tempo que omitem violências e disputas travadas entre diferentes grupos sociais, especialmente os grupos indígenas que ocupavam esta região quando se deu o encontro colonial. Estas narrativas indicam, porém, a centralidade do acesso à água como condição da ocupação colonial e pós-colonial do semiárido. Ao lado do controle da terra, o controle das fontes hídricas desempenhou papel fundamental neste processo.

As narrativas sobre as origens do município de Cuité oferecem um material privilegiado de análise, pois se centram numa fonte hídrica existente no local: o Olho d'Água da Bica. O material bibliográfico aqui analisado está disponível no Museu do Homem do Curimataú (MHC), órgão

suplementar do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande, inaugurado em 11 de março de 2010.

Do acervo do MHC, foram coletadas quatro obras que trazem relatos sobre as origens do município de Cuité, além de uma lenda sobre o Olho D'Água da Bica, analisadas enquanto discursos coloniais, que desdobram uma narrativa comum, ainda que marcados por nuances próprias, sobre o encontro colonial. O material analisado cobre diferentes momentos, sendo os relatos publicados entre 1936 e 2005 (Quadro 1).

Quadro 1. Fontes bibliográficas das narrativas sobre as origens de Cuité (PB)

Título	Autor	Ano de publicação
Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades.	Padre Luiz Santiago	1936
Livro do município: Cuité, mais de 200 anos de história	Fundação Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL)	1985
Cuité: Terra Nossa	José Pereira Sobrinho	2001
Cidadão da minha rua	José Pereira Sobrinho	2005

Os textos foram analisados em termos de narrativas e produtos do discurso colonial, de modo a revelar as formas de apreensão de uma situação histórica particular, guardadas e divulgadas num espaço dedicado à memória local. Foram selecionados trechos que remetiam ao Olho D'Água da Bica e outras fontes hídricas, de modo a apreender como se representa o controle de fontes hídricas como elemento determinando da ocupação colonial de um território particular.

## A LENDA DO OLHO D'ÁGUA DA BICA E O ENCONTRO COLONIAL

No acervo do Museu do Homem do Curimataú, é possível encontrar uma versão escrita da Lenda do Olho D'Água (da Bica), registrada por Demócrito Humberto da Fonseca Junior, professor, historiador e contista, em publicação da Escola O Pequeno Doutor, datada de 1994<sup>3</sup>:

Há muito tempo, na velha Cordilheira da Borborema, na altura da Serra do Coité, existia uma nação indígena denominada Sucurus. Viviam de coleta de frutas, plantavam e caçavam pássaros e pequenos roedores. Uma das maiores tradições era a “Festa do Caju”, quando se

<sup>3</sup> Disponível no blog de Israel Araújo, História e Cotidiano do Curimataú, diretor do Museu do Homem do Curimataú: <http://israelaraujocuite.blogspot.com/2011/07/lenda-do-olho-dagua-da-bica.html>, acesso em 18 de setembro de 2023.

reuniam várias tribos para a troca anual de alimentos e objetos típicos e dançavam e bebiam a “Cajuína” (bebida extraída do Caju que acreditavam dar muita força e resistência). Esta tribo situava-se abaixo de um despenhadeiro, onde jorrava de suas pedras água pura e cristalina, ladeada de enormes gameleiras e jatobás, atingindo com suas copas o cume da pedreira. Assim era a vida pacata dos felizes Sucurus. Entre os guerreiros da tribo, destacavam-se o índio Tarenê (Tara, valente e Enê, beleza), por seu espírito de luta e liderança. Vivia-se em harmonia, até que um dia a tribo recebeu a inesperada visita de uma linda princesa, que a todos encantou. Sua pele era clara, cabelos como o ouro de suas joias, olhos azuis e brilhantes, nariz afilado, boca pequena e bem vermelha e um vestido prateado. A moça parecia vir de uma terra distante e misteriosa. Ao deparar-se com Tarenê, cruzaram os olhares e sentiram-se atraídos pelo feitiço do amor. A princesa, com a voz trêmula, falou: meu nome é Iná, venho das terras de além-mar. O jovem e virtuoso apaixonado queria casar-se com a jovem princesa. O grande chefe Sucuru, ao tomar conhecimento, não deu permissão para o pretendido desejo, pois quebraria uma tradição de longo tempo entre os Sucurus. Tarenê ficou muito triste e aborrecido e recolheu-se para meditar sobre o seu destino. Chovia bastante, noite escura, a princesa Iná dormia quando Tarenê entrou. Não contendo as lágrimas, contemplou-a e... não podia voltar atrás, com a pedra que trazia nas mãos, matou-a. Junto ao seu corpo estavam suas joias e suas vestes. Tomando-a nos braços, sepultou-a numa caverna próxima à tribo. O guerreiro desesperado subiu uma grande pedreira e jogou-se abismo abaixo, na certeza de um dia encontrar com a amada na eternidade. A tribo espantada consultou o feiticeiro sobre o mistério da morte da princesa e do guerreiro. Em silêncio, ele começou o ritual no sopé daquela grande pedra, perto do veio d'água onde o mortal Tarenê caiu e na pedra escreveu uma mensagem enigmática. Rompendo o silêncio disse: “aquele que a decifrar desencantará e se casará com a princesa e possuirá todo o seu reino e sua riqueza”. Serão inundadas todas as terras indígenas e sobreviverá apenas os dois que viverão para sempre. Até hoje, no Olho D'Água da Bica, na Serra de Cuité, continua gravada na grande pedreira esta mensagem, sob a proteção dos ferrões dos milhares de marimbondos, aos quais a natureza vem incumbindo esta árdua tarefa há séculos<sup>4</sup>.

Esta lenda, na versão acima, aparece em artigo de Oliveira, Farias e Ferreira (2020, p. 1227-1228) sobre o patrimônio arqueológico do município de Cuité. Os autores informam que a narrativa sobreviveu através da memória oral e que já foi encenada no teatro da cidade por estudantes locais. A lenda é retomada para exemplificar a apropriação local dos registros rupestres existentes no entorno do Olho D'Água da Bica.

Há uma outra perspectiva para análise da lenda do Olho D'Água da Bica e é a do encontro colonial. Connell (2012) advoga que o encontro colonial deve ser tomado como ponto crucial para a teoria social das sociedades do Sul Global (*Southern theory*), marcadas pela experiência da colonização europeia. O encontro colonial:

(...) não é apenas o momento de conquista colonial ou de controle indireto, não importa quão importante seja. Implica também a constituição da sociedade colonial, a transformação de relações sociais sob o poder colonial, as lutas pela descolonização, a instalação de novas relações de dependência, e as lutas para aprofundar ou desafiar essa dependência. (Connell, 2012, p. 11).

Lima (2014) analisou a “lenda do boto”, pertencente à cultura popular amazônica, “como sendo a tradução simplificada de narrativas que têm como pano de fundo a história da colonização

---

<sup>4</sup> O texto original sofreu pequenas correções gramaticais que não alteram, porém, os termos e o encadeamento da narrativa utilizados por Demócrito Humberto da Fonseca Júnior.

da Amazônia”. A “lenda do boto”, tradicionalmente narrado como um homem (ou uma mulher) branco, simbolizaria as consequências do encontro colonial:

O elemento histórico das narrativas está não só na alusão ao encontro com o homem branco, mas também na compreensão anunciada sobre o efeito desse contato, o resultado de uma interação entre os indivíduos com essa alteridade e o seu mundo alienígena. Nesse sentido a estrutura das narrativas é histórica porque é um produto do contato, fala sobre esse evento passado e antevê o resultado de uma tentativa de estabelecer uma convivência em comum – o equivalente a uma comunicação entre sistemas simbólicos por meio de uma tradução. A mensagem a esse respeito é pessimista. As pessoas narram experiências em que são sequestradas, sem terem intenção, para outro lugar, para o mundo do encanto. (Lima, 2014, p. 195)

Na análise que Lima (2014) faz da “lenda do boto”, é possível destacar dois aspectos: a) o fato de a lenda sintetizar a incorporação violenta da população indígena da Amazônia pela colonização; e b) a inscrição na paisagem (a identificação, pelos ribeirinhos do médio Solimões, do lugar exato em que se encontra a cidade encantada para onde o boto leva sua presa), que facilita o exercício de tradução simbólica de uma memória da violência.

A lenda do Olho D’Água da Bica pode ser interpretada, também, como uma metáfora do encontro colonial, em que a natureza trágica desse evento (a chegada dos colonizadores em terras originalmente habitadas por populações indígenas) e as disputas travadas em torno do acesso à água são narradas, em forma sublimada, como uma versão da tragédia Romeu e Julieta, de Shakespeare.

Sob o manto do amor impossível entre dois jovens de origens sociais tão diferentes, a lenda traz à tona, de maneira sintetizada, as consequências do encontro colonial. A princesa, de pele e cabelos claros, olhos azuis, vinda de além-mar, uma terra misteriosa e distante, representa, simbolicamente, a chegada dos colonizadores. Já Tarenê, belo e valente, assume a forma de uma representação ocidental e romantizada dos indígenas. Tarenê é “encantado” pela bela princesa, encantamento que conduzirá à tragédia. A morte de Tarenê simboliza o extermínio dos Sucurus.

É importante enfatizar que a versão da lenda expressa uma espécie de má-consciência (Ramos, 2002, p. 12), ou seja, da representação do “outro”, “da assunção de uma voz que não é a de quem a emite”. Ou seja, a má-consciência com a alteridade indígena. A lenda do Olho D’Água da Bica é parte do discurso colonial, elaborado pelos vencedores sobre os vencidos, exterminados.

Se a imagem dos indígenas não deixa de ser idealizada (a vida pacata dos felizes Sucurus; a harmonia que predominava até a inesperada visita da linda princesa), é também pela mão indígena que irrompe a violência. É Terenê, jovem e virtuoso, que com a pedra que trazia nas mãos, mata a princesa. Esta inversão da mobilização da violência durante o encontro colonial (que é a mesma da representação das populações indígenas como selvagens, ou seja, violentos) aparece na lenda como resposta às ameaças deste encontro às tradições indígenas. O discurso colonial não é capaz de omitir completamente os fatos nem de deixar de reconhecer a resistência indígena.

Seguindo a indicação de Lima (2014), ganha destaque na lenda sua inscrição na paisagem: o Olho D'Água da Bica. Este é o local onde Tarenê caiu após pular para o suicídio. Não é um lugar qualquer, mas justamente aquele que tem sido identificado com as origens (coloniais) do município de Cuité. As inscrições rupestres existentes no lugar tornam verossímeis os eventos narrados na lenda. Mas há também um alerta, que surge na forma de um interdito: se as inscrições forem decifradas, “serão inundadas todas as terras” e os indígenas sucumbirão. A profecia do feiticeiro anunciava o futuro. Quem decifrou a mensagem (ou seja, assumiu o controle do território), possuiu “todo o reino e sua riqueza”. As consequências trágicas do encontro colonial são assim narradas pelos próprios colonizadores, e situadas no quadro das disputas em torno do controle da fonte hídrica.

Medeiros (2009, p. 03) traz um trecho, retirado da obra de Irineu Joffily, *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Paraíba*, publicada em 1894, em que indígenas Xucuru reivindicavam, em 1718, terras ao governo colonial:

Os Índios Sucurus, representados por seo capitão-mor Sebastião da Silva, dizem que por ordem do meu antecessor vieram com sua aldeia para esta capitania a defender e reparar os assaltos que davão os Tapuias barbaros levantados, em que faziam grande estrago e se situaram na serra Boa Vista, no olho d'agua, aonde estavam assistindo de baixo de missão; e como para sua assistencia era mais conveniente para defensão desta capitania a dita paragem, por estar nas cabeceiras do districto della, como era entre o Curimataú e Araçagy, por onde estavam os Tapuias levantados a fazer o maior damno nesta capitania – requerião uma legoa de terra em quadro fazendo peão no Olho d'agua do meio (...)para que podesse elle supplicante com sua aldeia viver e plantar suas lavouras para se sustentarem. Fez-se a concessão com a cláusula de não poder ser alheida a terra e ficar devoluta no caso de mudança da aldeia, uma legoa em quadro aos 4 de Agôsto de 1718.

Este documento é significativo por diferentes motivos. De um lado, ressalta a importância do controle sobre uma fonte hídrica para a vida das populações indígenas, que organizam seu pedido de terras tendo como referência a existência de um olho d'água. Revela também as complexas relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas, mesmo que as narrativas contemporâneas frequentemente omitam ou simplifiquem estas relações quando contam os eventos da ocupação colonial do território (Medeiros, 2002). A lenda do Olho d'Água da Bica, em Cuité, parece menos fantasiosa quando confrontada com este evento histórico, ainda que provavelmente se refira a um outro local na Paraíba, não muito distante do Curimataú. A concessão da terra solicitada, porém, não é completa: só é válida enquanto os indígenas viverem no local. Para um grupo social marcado por migrações regulares, num contexto de perseguição e extermínio, era de supor que não permaneceriam muito tempo nas terras que lhe foram concedidas.

## A PRODUÇÃO DO DISCURSO COLONIAL

Nesta seção, são analisados trechos das obras que narram as origens do município de Cuité, compreendidos como esforços de produção do discurso colonial. De acordo com Lopes (2008, p. 327):

(...) a narrativa é um fator simbolizante da experiência humana que se faz presente tanto num relato mais supostamente objetivo e factual da realidade – notadamente o relato histórico – quanto no relato ficcional, lendário ou literário. A narrativa é, assim, um modo de estruturar a experiência e de fazer sentido do mundo que nos cerca.

As narrativas de origem são tomadas aqui, portanto, como ferramentas que ajudam a estruturar a experiência social, muito mais do que relatos históricos factuais. Ainda que tenham sido registrados por indivíduos que reivindicam para si a autoria dos textos, são muito mais produto coletivo de um discurso que dá sentido, para os descendentes dos colonizadores, aos desdobramentos do encontro colonial.

O Padre Luiz Santiago<sup>5</sup> (1936) parece ter cristalizado, em sua obra, os contornos principais das demais narrativas sobre as origens do município de Cuité. Em seu livro, conta que:

A palavra Cuité é indígena, significando cuia, vasilha (...). Os seus índios eram os Cuités, da tribo dos Paiacus, do grupo dos Cariris ou Kiriris do Norte. (...) habitavam as serras do Cuité, Calaboço e S. Bento. Foram aldeados pelo Pe. João de Barros em 1696. (...) Contam os mais velhos que um senhor de Bananeiras avistando as serras da Canastra e Bom Bocadinho, chegou até aí, a título de caçada, acompanhado de 2 filhos, donde avistaram a verde toma da vegetação serrana. Compreenderam estar diante de uma grande serra. Aproximaram-se e descobriram ao raio sul o formidável olho d'agua chamado pelo gentio Cuité, o qual se desprende da base do colossal penedo, que lhe empresta linda paisagem, ornamentando-o altaneiros jatobás e outras arvoredos, entre as quais se destaca o cuitzeiro multi secular. (...) Aos 08 de dezembro de 1704 o Conde de Alvor requeria a primeira data, nesta serra, com o nome de Olho Dagua do Cuité, do qual fez pinhão, tirando 3 leguas de terra por uma, como de costume, recebendo a concessão no governo de Fernando de Barros e Vasconcelos. (...) aos 31 de outubro de 1784, Caetano Dantas Correia, requereu a data da Lagoa do Cuité e procurando povoa-la, começou por edificar a capela de N. S. das Mercês, onde com seu irmão Simplício Dantas Correia promoveu animadíssimas festas. (Santiago, 1936, p. 03-04)

É possível destacar alguns elementos desta narrativa, que definem uma discursividade colonial com características particulares:

- a) a descoberta do olho d'água como elemento central à ocupação colonial do território<sup>6</sup>;
- b) a presença indígena no lugar;
- c) a associação a uma outra fonte de acesso à água (a Lagoa do Cuité) como marco do segundo esforço de ocupação;

<sup>5</sup> De acordo com Marques (2016), o Padre Luiz Santiago de Moura nasceu em Remígio (PB), no dia 25 de agosto de 1897. Foi padre em Cuité entre 1929 e 1941, até envolver-se em um rumoroso caso de perseguição a famílias protestantes. Dedicou-se a estudos arqueológicos e históricos.

<sup>6</sup> De acordo com Cavalcanti (2019, p. 36), as famílias Venâncio dos Santos e Fonseca, com grande relevância política no município de Cuité até os dias atuais, são conhecidas como “famílias originárias do Olho d'Água da Bica”.

- d) a descrição de uma natureza exuberante; e
- e) nenhuma palavra sobre a violência contra a população indígena que vivia no território.

Constitui-se, assim, uma narrativa que encobre o que provavelmente foi uma das características mais marcantes do encontro colonial: os conflitos pelo acesso à água. Ao mesmo tempo, há a sugestão de que a ocupação foi orientada pela conquista da terra. E assim é plasmado o discurso colonial que atravessará gerações.

O Padre Luiz Santiago (1936, p. 34) contabilizou 33 olhos d'água num raio de poucos quilômetros na Serra de Cuité, “podendo por ás vistas os que nunca secaram e que tenho lembrança; todos de água finíssima”. Chama a atenção que a narrativa de um lugar com muitas fontes hídricas contrasta com as visões contemporâneas sobre o semiárido como uma região marcada pela escassez de água.

A obra publicação pela Fundação MOBREAL (1985), retoma e atualiza os temas da narrativa do Padre Luiz Santiago. As populações indígenas, por exemplo, passam a ser os “Tarairiús, Paiacús e Sucurus”. Quanto à disponibilidade hídrica, pode-se ler:

Bem próximo à cidade fica o Olho d'Água da Bica, em torno do qual viviam os primeiros habitantes desta terra quando de seu descobrimento. Manancial perene, desde aquela remota data vem sendo utilizado, como fonte de abastecimento d'água, por muitas pessoas. É lugar de intensa beleza. Sendo fonte de água corrente, em seu redor, a vegetação é exuberante, contrastando com as ressequidas terras a poucos metros de distância. Trata-se de verdadeiro paraíso ecológico, oásis no meio da sequeidão impiedosa. Outras áreas existem, embora sem as mesmas características do Olho d'Água da Bica, todas elas sempre em torno de aguadas. (...) Essas áreas, situam-se todas a pequenas distâncias da cidade, existindo, também, outros locais, no interior do Município, revestidos da mesma importância e significado na formação do patrimônio ecológico municipal. (Souza, 1985, p. 42).

Nesta narrativa, a seca aparece já como problema, ainda que se ressalte o potencial hídrico do território. E a natureza passa a ser apreendida como “paraíso ecológico” ou “patrimônio ecológico municipal”, indicando mudanças discursivas importantes em relação à narrativa do Padre Luiz Santiago. Não deixa de chamar a atenção o fato de que “os primeiros habitantes desta terra” tenham chegado quando de seu “descobrimento”, ou seja, da ocupação colonial.

José Pereira Sobrinho (2001, p. 16) afirma que:

Durante décadas, foi o Olho D'água da Bica responsável pelo abastecimento de água potável para a população cuitense. A água era carregada ou transportada nos lombos dos jumentos (...). Mas a utilidade do Olho D'água da Bica não era só abastecer a pequena cidade. Todas as madrugadas e manhãs dezenas de pessoas, com problemas respiratórios e gripes mal curadas, iam tomar um banho nas águas cristalinas. A água pura, que jorrava da pedra, era realmente saudável. É uma pena que essa afirmação hoje não seja mais verdadeira.

A importância dessa fonte hídrica para a ocupação do território e para a constituição do município é, portanto, permanentemente ressaltada. É o mesmo José Pereira Sobrinho (2005, p. 56-60) que transcreve, em outra obra, poema atribuído ao poeta José Pereira, residente no Sítio Bujari,

no município de Cuité, dedicado ao Olho D'Água da Bica. É possível destacar alguns trechos deste poema, composto por 23 estrofes, com 10 versos cada, para concluir os excertos do discurso colonial que se tem produzido e divulgado:

III – Bica tu já foste monte/ Onde os índios Caetés/ Aqui lavaram seus pés/ Em tua sublime fonte/ Contemplavam o horizonte/ Por essa imensa grandeza/ Admirando a beleza/ Feita por Deus de candura/ Onde vejo a pintura/ Do pincel da natureza.

IV – Já foste uma grande mata/ De grande selvageria/ Onde somente existia/ Índio no pé da cascata/ Fazendo aqui serenata/ Prós arvoredos sombrios/ Onde os homens gentis/ Se viam os maiores vultos/ Talvez recebendo insultos/ De outros índios bravios. (...)

VI – Velho pé de cuitzeiro/ Que nunca mais se renova/ Talvez serviu de prova/ De alguns selvagens guerreiros/ Aqui no despenhadeiro/ Pousando sobre a ramagem/ Onde se via a imagem/ Desta fonte abençoada/ Pedra que já foi morada/ De grande indígena selvagem. (...)

XVIII – Só se vê gente chegando/ Com caneco, pote e lata/ Parece uma serenata/ Quando o amanhã vem raiando/ A aurora despontando/ Numa manhã de grandeza/ E o vento com mais beleza/ Soprando aquele pináculo/ Que parece um tabernáculo/ Do circo da natureza. (...)

XX – João de Barros caçador/ Há duzentos e setenta anos<sup>7</sup>/ Descobriu sem ter enganos/ Esta obra, este primor/ Esta grandeza e amor/ De todos os caririenses/ Que admiram teus pertences/ Com todos prodígios teus/ És maravilha de Deus/ Orgulho dos cuitenses.

A criação poética reproduz os principais elementos constitutivos do discurso colonial sobre as origens do município de Cuité e a centralidade do Olho D'Água da Bica. As populações indígenas são representadas como “índios bravios”, “selvagens guerreiros”, ainda que se postassem “no pé da cascata”, fazendo “serenata”. Mas a serenata é uma imputação colonial/ocidental aos costumes indígenas. O mesmo se pode dizer da contemplação da natureza. A fonte hídrica, em linguagem poética, é não apenas descoberta, mas também apropriada, “orgulho dos cuitenses”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procura contribuir com o debate acerca da centralidade das disputas em torno do controle das fontes hídricas para a ocupação colonial do semiárido paraibano. O foco principal, porém, recaiu sobre a produção de narrativas que produzem um discurso colonial sobre as origens dos municípios nesta região. Esse discurso organiza a experiência do encontro entre colonizadores e populações indígenas a partir da perspectiva dos grupos dominantes.

O tema dos conflitos pelo controle e acesso à água no semiárido nordestino, em diferentes momentos do processo histórico de ocupação colonial e pós-colonial da região, tem sido pouco estudado. O desinteresse por estes conflitos é surpreendente, já que há muitos indícios de que tiveram forte influência na conformação socioterritorial dos sertões. A abundante literatura sobre as secas, seus flagelos e medidas governamentais para combatê-la parte normalmente do pressuposto da escassez hídrica. Recortam a experiência social em momentos em que foi preciso lidar com as estiagens prolongadas.

---

<sup>7</sup> De onde se depreende que o poema foi escrito na década de 1970.

São ainda poucos os trabalhos como o de Santos Jr. (2015), que reconstituiu, com base em análise documental, os conflitos entre criadores de gado e indígenas pelo controle das fontes de água nos vales do Pajeú e Moxotó (especialmente em brejos de altitude e ribeiras), no semiárido pernambucano, em meados do século XIX. Estudos como esse ampliam nossa compreensão das dinâmicas coloniais e pós-coloniais de ocupação do semiárido brasileiro e ajudam a lançar luz sobre as disputas em torno da água, ampliando o foco para além da questão agrária ou fundiária.

O discurso colonial, produzido e reproduzido ao longo de décadas, ressalta a presença indígena anterior à chegada dos colonizadores ao território, mas oculta os conflitos. Estes conflitos, porém, emergem sob a forma de lendas ou de representações estereotipadas e ocidentalizadas das populações indígenas que habitavam a Serra de Cuité. Os discursos de “crise hídrica” contemporâneos podem ser confrontados por estas narrativas de abundância de “água finíssima”, “cristalina” e de natureza exuberante, “paraíso ecológico”. O reconhecimento destas dicotomias é importante nos esforços de produção de uma ecologia política da água no semiárido nordestino, pois permitem aprofundar a compreensão de que o controle das fontes hídricas expressa desigualdades de poder e uma história de conflitos.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, que concedeu bolsa PIBIC/CNPq-UFCG.

## REFERÊNCIAS

ASAD, Talal; REINHARDT, Bruno. Introdução a “Anthropology and the Colonial Encounter”, Talal Asad. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 19, n. 2, p. 313–327, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2017v19n2p313>.

ALBERT, B. Introdução: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. In: ALBERT, B; RAMOS, A. R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp, 2002, 532p.

ARAÚJO, D. C. *A formação de mercados informais de água como alternativa ao colapso do abastecimento público em Cuité – PB*. 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2022. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4397>. Acesso em 13 ago. 2024.

CAFER, A. M. Water poverty? A political ecology approach to the study of irrigation in Ethiopia. *Agrarian frontiers*, v. 1, n. 1, p. 88-106, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/261794729\\_Water\\_Poverty\\_A\\_Political\\_Ecology\\_Approach\\_to\\_the\\_Study\\_of\\_Irrigation\\_in\\_Ethiopia](https://www.researchgate.net/publication/261794729_Water_Poverty_A_Political_Ecology_Approach_to_the_Study_of_Irrigation_in_Ethiopia). Acesso em: 13 jan. 2025.

CASTRO, J. E. *Water, power and citizenship: social struggle in the basin of Mexico*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

CAVALCANTI, V. M. *Família, política e propriedade fundiária: os dilemas da herança entre membros da elite no município de Cuité (PB)*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10206>. Acesso em: 13 jan. 2025.

CONNELL, R. A iminente revolução na teoria Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 27, n. 80, p. 09-20, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>.

CUNHA, L. H. Desigualdades nos padrões de acesso à água e limites da cidadania hídrica em comunidades rurais do semiárido. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 55, p. 99-116, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73371>.

CUNHA, L. H.; MIRANDA, R. S.; ARAUJO, D. C. Mercados informais de água no semiárido paraibano. In: TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. S. A.; ROCHA, G. M. *Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros*. Belém: EDUFPA, 2020, 475p.

FUNDAÇÃO MOBREAL. *Livro do município: Cuité, mais de 200 anos de história*. João Pessoa: Gráfica J.B Ltda, 1985. 97 p.

HULME, P. *Colonial encounters: Europe and the native Caribbean, 1492-1797*. London: Methuen, 1986, 368p.

LIMA, D. M. O homem branco e o boto: o encontro colonial em narrativas de encantamento e transformação (médio rio Solimões, Amazonas). *Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte, v. 22, p. 173-201, 2014. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/view/115>. Acesso em: 13 jan. 2025.

LOPES, C. R. Lendas urbanas: narrativas entre o acontecimento e a estrutura. *Eutomia*, v. 1, n. 02, p. 318-342, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1946>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MACLEAN, J. Water cultures as assemblages: indigenous, neoliberal, colonial water cultures in Northern Australia. *Journal of Rural Studies*, v. 52, p. 81-89, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.02.015>.

MARQUES, C. S. *Fé e Poder: imaginário coletivo sobre o padre Luiz Santiago na cidade de Cuité - PB - (1929-1941)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8370>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MEDEIROS, R. P. Histórias dos povos indígenas do sertão nordestino no período colonial: problemas, metodologias e fontes. *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*, v. 15, p. 205-233, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/246998>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MEDEIROS, R. P. Trajetórias políticas de povos indígenas e índios aldeados na Capitania da Paraíba durante o século XVIII. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV, *Anais...*

- Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_2fb2e76f5a7987f6936085e875d684c9.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_2fb2e76f5a7987f6936085e875d684c9.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.
- NUNES, P. M. R; CUNHA, L. H. Conflitos pela água e ocupação do semiárido nas narrativas de fundação dos municípios paraibanos. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, XIX, *Anais...* Campina Grande, 2022.
- OLIVEIRA, L. F.; FARIAS, G. D. M.; FERREIRA, M. L. F. Refletindo sobre o patrimônio arqueológico no município de Cuité-PB. *Brazilian Applied Science Review*, v. 4, n. 3, p. 1222-1239, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34115/basrv4n3-038>.
- PEREIRA SOBRINHO, J. *Cuité: Terra Nossa*. Campina Grande: S/N, 2001.
- PEREIRA SOBRINHO, J. *Cidadão da minha rua*. Campina Grande: Gráfica Vitória, 2005.
- RAMOS, F. P. Má-consciência, crueldade e 'narcisismo às avessas' no cinema brasileiro contemporâneo. *Comunicação & Informação*, v. 5, n. 1/2, p. 13-24, 2002. DOI: <https://doi.org/10.5216/c&i.v5i1/2.24167>.
- SANTIAGO, L. *Serra do Cuité: sua história, seus progressos, suas possibilidades*. João Pessoa: Oficinas Graf. D' A Imprensa, 1936.
- SANTOS JR., C. F. S. *Os índios nos vales do Pajeú e São Francisco: historiografia, legislação, política indigenista e os povos indígenas no Sertão de Pernambuco (1801-1845)*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- SHERIDAN, T. E. Arizona: the political ecology of a desert state. *Journal of political ecology*, v. 02: 41-57, 1995. DOI: <https://doi.org/10.2458/v2i1.20130>.